

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST34 – Trabalho, trabalhadores e ação coletiva

Coordenação: Marco Aurélio Santana (UFRJ) e Roberto Veras de Oliveira (UEPB)

Desigualdade de renda e serviço doméstico: uma análise comparativa internacional

Alexandre Barbosa Fraga (UFRJ)

Elisa Alonso Monçores Viana (UFRRJ)

24 a 28 de outubro de 2016

Caxambu – MG

Desigualdade de renda e serviço doméstico: uma análise comparativa internacional

Alexandre Barbosa Fraga (UFRJ)¹

Elisa Alonso Monçores Viana (UFRRJ)²

Resumo: Na bibliografia sobre o trabalho doméstico remunerado, uma pergunta continua de alguma forma em aberto: o que explica a variação na proporção de mão de obra ocupada no serviço doméstico em cada país? Há cinco hipóteses já levantadas para responder a essa questão: a modernização; o crescimento econômico; a desigualdade de renda; a imigração; e a forma como ficou resolvida socialmente, em cada nação, a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva: pela via do Estado, do mercado ou da família. A explicação pela desigualdade de renda já foi testada pelas americanas Milkman, Reese e Roth (1998) para os Estados Unidos. De acordo com elas, quanto maior a desigualdade de renda entre as pessoas, maior será a dimensão do emprego doméstico em determinado lugar. O objetivo deste trabalho é verificar especificamente essa hipótese, utilizando os dados da OIT sobre o volume de serviço doméstico para um conjunto de 95 países de diversas partes do mundo. Por meio de um modelo de regressão, utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), é avaliada a relação entre o índice de Gini dos países e a proporção de mulheres ocupadas como trabalhadoras domésticas. Os resultados indicam que realmente a primeira variável possui relação positiva e significativa com a segunda.

Palavras-chave: trabalho doméstico remunerado; desigualdade; mão de obra feminina.

1. Introdução

Em 2011, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou, durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, a Convenção sobre Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (nº. 189) e a Recomendação (nº. 201) que a acompanha, estendendo a essa categoria os mesmos direitos já assegurados às demais. Com o intuito de evidenciar o grande volume de serviço doméstico no mundo e de demonstrar, em virtude da baixa proteção legal apresentada por essa ocupação, a necessidade e a relevância dessas normas internacionais recentemente adotadas, a OIT realizou uma pesquisa intitulada “Domestic workers across the world: global and

¹ Integrante do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ), coordenado pelo professor Marco Aurélio Santana. Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Mestre em Sociologia pelo mesmo Programa. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ. E-mail: alexbfraga@yahoo.com.br.

² Professora Assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutoranda e Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). Bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ. E-mail: elisa_moncores@hotmail.com.

regional statistics and the extent of legal protection”, publicada em livro no ano de 2013, na qual reuniu, pela primeira vez, em um só documento, estatísticas oficiais de uma quantidade expressiva de países, novas estimativas regionais e globais sobre o número de trabalhadores domésticos e a sua evolução ao longo do tempo.

Para esse estudo, a OIT conseguiu encontrar informações estatísticas sobre o serviço doméstico disponíveis em 117 países e territórios, organizados pela pesquisa em seis grupos regionais: países desenvolvidos (25), Europa Oriental e Comunidade dos Estados Independentes (21), Ásia e Pacífico (18), América Latina e Caribe (23), África (20) e Oriente Médio (10). Após a análise desses dados, foi possível constatar que a proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas varia muito tanto entre as seis regiões do mundo (por exemplo, de 0,4% na Europa Oriental e Comunidade dos Estados Independentes a 20,5% e 17,4% no Oriente Médio e na América Latina e Caribe, respectivamente) quanto entre os países (por exemplo, de 0,1% no Japão e na Rússia a 18,5% no Uruguai e 59,3% em Omã).

Esses resultados levam à seguinte questão, de alguma forma ainda em aberto na bibliografia sobre o trabalho doméstico remunerado: o que explica a variação na proporção de mão de obra ocupada no serviço doméstico? Pergunta válida em diferentes níveis: entre essas seis regiões do mundo, na mesma região ao longo do tempo, entre os países, em um único país em duas temporalidades distintas, entre as diversas localidades que o formam ou em uma delas em momentos variados. Como explicar, por exemplo, por que a América Latina e Caribe e o Oriente Médio apresentam as percentagens mais elevadas de trabalhadoras domésticas ou por que elas são pouco expressivas na maior parte dos países desenvolvidos? Como explicar, ainda, por que alguns países do mundo são exceções em suas regiões ou por que em alguns deles as proporções que eram muito baixas cresceram nas últimas décadas?

Há cinco hipóteses já levantadas pelas literaturas sociológica e econômica para responder a essa questão: a modernização; o crescimento econômico; a desigualdade de renda; a imigração; e a forma como ficou resolvida socialmente, em cada nação, a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva: pela via do Estado, do mercado ou da família. O objetivo deste trabalho é apresentá-las e verificar especificamente a hipótese da desigualdade de renda, contribuindo para responder àquela questão colocada pela bibliografia sobre o serviço doméstico. Diferentemente de Milkman, Reese e Roth (1998), que testaram a relação entre a desigualdade e a proporção de serviço doméstico

apenas para os Estados Unidos, a presente pesquisa amplia esse *corpus* analítico, analisando essa relação para 95 países do mundo. Por meio dessa análise comparativa internacional, objetiva-se investigar, de forma mais ampla, o peso da desigualdade de renda sobre o serviço doméstico.

Metodologicamente, a hipótese sobre a relação entre o grau de desigualdade dos países e a proporção de mulheres ocupadas como empregada doméstica é verificada a partir da estimação de um modelo econométrico. Para isso, utiliza-se o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), seguindo a metodologia adotada por Milkman, Reese e Roth (1998). Os dados sobre a participação das mulheres ocupadas no segmento de serviços domésticos são provenientes dessa pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgada em 2013. Além disso, fez-se a opção por utilizar o índice de Gini como indicador para a aferição da desigualdade de renda nos países analisados. A fonte desse indicador é o banco de dados online sobre desenvolvimento socioeconômico mantido e divulgado pelo Banco Mundial.

2. Explicações para a variação na proporção de serviço doméstico

2.1. A modernização

Uma primeira explicação existente na literatura científica para a variação da proporção de serviço doméstico surgiu das teorias da modernização elaboradas nos anos 1950 e 1960, no âmbito da sociologia norte-americana, que influenciaram significativamente esse tema nas décadas de 1960 e 1970, quando a academia passou a dar mais visibilidade ao trabalho doméstico remunerado. Tais teorias, que contaram com as contribuições de Parsons (1951), Lerner (1958), McClelland (1961), Moore e Hoselitz (1963), entre outros autores, identificaram um padrão de sociedade “tradicional” e um padrão de sociedade “moderna” e defenderam a modernização como o processo de passagem de um a outro, de forma linear, válida globalmente e em uma direção específica. Pressupunham, portanto, que o subdesenvolvimento seria apenas uma etapa na linha evolutiva que levaria progressivamente a um estágio de desenvolvimento avançado, do qual os Estados Unidos seriam um modelo a ser seguido.

Na lógica dessas teorias, as diferenças qualitativas, políticas e históricas de cada lugar eram subestimadas e substituídas por uma escala comum e contínua de

“desenvolvimento”, na qual a diferenciação entre os países acabava reduzida ao grau que ocupavam nela. Nessa escala universal, cada sociedade poderia ser classificada como “tradicional” ou “moderna”, ou ser localizada, ainda, em um dos variados estágios intermediários existentes. Entre os diferentes tipos básicos de sociedade identificados por Parsons (1951), e que serviram de modelo aos outros autores, dois deles foram contrastados: o padrão típico nas sociedades industriais modernas, no qual os papéis ocupacionais são profundamente diferenciados das relações comunitárias e de parentesco (estrutura social dinâmica) e o padrão típico nas sociedades tradicionais, no qual esses elementos estão profundamente indissociáveis (inércia estrutural).

Com base nas discussões teóricas e nas constatações empíricas, as teorias da modernização, de um modo geral, buscaram associar o homem moderno à urbanização, à industrialização, à democratização, à secularização, à educação, à mobilidade social, à racionalidade burocrática, à expansão da ciência e da tecnologia e ao crescimento econômico, variáveis que estariam sempre juntas. Sendo assim, o processo de modernização levaria ao aparecimento de todos esses elementos combinados, de modo que a sociedade moderna, à qual era atribuída superioridade em relação à tradicional, teria configuração semelhante em qualquer lugar. Em tal teoria, portanto, se os valores tradicionais fossem conhecidos e superados, a modernização ocorreria, pois esses seriam os únicos obstáculos nesse caminho.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, esses pressupostos das teorias da modernização foram utilizados por vários autores para interpretar o volume maior ou menor de serviço doméstico em qualquer país, entre os quais Aubert (1955-56), Collver e Langlois (1962), Boserup (1970), Coser (1973), McBride (1976) e Chaplin (1978). A explicação mantinha-se praticamente a mesma para um conjunto de pesquisas baseado nesse paradigma: com a industrialização e a modernização, as mulheres seriam absorvidas em outras ocupações mais atrativas, ficando o serviço doméstico impossibilitado de ser exercido por falta de mão de obra interessada. Além disso, o desenvolvimento tecnológico, com a oferta constante de novos aparelhos e eletrodomésticos, facilitaria o trabalho da dona de casa, permitindo que ela o realizasse sozinha. Dessa forma, com a modernização, haveria um caminho irreversível de diminuição do número de trabalhadores domésticos até o seu fim em nível mundial.

A previsão mais difundida do fim dessa ocupação como uma consequência inevitável da modernização foi a do sociólogo americano Lewis Coser (1973), ao

observar a queda brusca da proporção de trabalhadores domésticos tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra. No entanto, o principal problema desse tipo de perspectiva foi partir do pressuposto equivocado de que relações sociais muito desiguais seriam incompatíveis com as condições sociais “modernas” (MILKMAN; REESE; ROTH, 1998, p. 151), já que Coser (1973) se baseava no esquema teórico de Parsons (1951), para o qual o particularismo apenas prevaleceria sobre o universalismo nas relações pré-modernas. No entanto, o que se viu em muitos países foi a compatibilização entre modernização e desigualdade socioeconômica. Além disso, outro pressuposto que acabou enfraquecido foi o de que o desenvolvimento tecnológico facilitaria tanto os afazeres domésticos que se tornaria desnecessária a contratação de uma trabalhadora para isso. Segundo Hill (1995) e Hondagneu-Sotelo (2001), o incremento tecnológico, junto à elevação dos padrões de higiene e de cuidado das crianças, criou novas necessidades e exigências, não diminuindo o trabalho doméstico, mas apenas mudando seus significados.

2.2. O crescimento econômico

A segunda hipótese explicativa, inspirada na anterior, mas com suas especificidades, é o crescimento econômico como justificativa para a maior ou menor proporção de trabalhadores domésticos no total de ocupados. Diferentemente do processo linear e contínuo de diminuição do serviço doméstico defendido pelas teorias da modernização, nessa segunda hipótese pode haver variações, marchas e contramarchas, em vista dos diferentes períodos de crescimento e de crise em um determinado país. Em momentos de prosperidade econômica, as opções de trabalho seriam maiores, e o serviço doméstico se mostraria menos atrativo, sobretudo para as mulheres mais jovens e mais escolarizadas. Em momentos de crise econômica, as oportunidades estariam mais escassas, e o serviço doméstico voltaria a despertar interesse.

No caso brasileiro, a proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas cresceu nos anos 1990, chegando a 18,0% em 2001. Em seguida, os anos 2000 foram de contínua diminuição até praticamente o seu final, atingindo 15,8% em 2008 (IPEA, 2011). Esses dados poderiam ser lidos por meio da perspectiva de que essa redução constante estaria ligada ao crescimento econômico mais expressivo vivenciado pelo Brasil e à ampliação das oportunidades ocupacionais. Nesse período, não haveria

tanta necessidade de “se pegar qualquer trabalho”, em vista do horizonte ampliado em atividades, por exemplo, no comércio ou ligadas ao ramo de beleza e higiene pessoal (BRITES; PIKANÇO, 2014, p. 138), ou, ainda, no setor de telemarketing, no qual inúmeras filhas de empregadas domésticas identificaram um caminho que lhes possibilitaria não ter de seguir necessariamente os passos das mães (BRAGA, 2012).

Na pesquisa da OIT, a diminuição da quantidade desses trabalhadores nos Estados Unidos, do período de 2005-2008 (800 mil) a 2010 (667 mil), foi atribuída à crise econômica. Todavia, como não foi disponibilizada a proporção desses trabalhadores em relação à população ocupada para cada ano, fica difícil avaliar se houve redução dos números relativos. Com um crescimento econômico menos expressivo, as oportunidades ocupacionais seriam menores e se poderia esperar uma maior procura por postos no serviço doméstico. No entanto, dependendo da força com que a crise se apresenta e de como afeta a renda dos estratos médios e altos, muitas famílias podem ter que abrir mão desse tipo de serviço.

2.3. A desigualdade de renda

Para além desses dois caminhos anteriores, as americanas Milkman, Reese e Roth (1998) buscaram responder a essa questão da variação de maneira diferente, propondo uma terceira hipótese explicativa, segundo elas negligenciada: a dimensão da desigualdade econômica. Defenderam que quanto maior a desigualdade de renda entre as pessoas de um determinado lugar, maior seria a proporção de serviço doméstico nele. Isso explicaria por que a importância dessa ocupação varia substancialmente, mesmo nos países ricos, “desenvolvidos” e “modernos” da Europa e da América do Norte, bem como por que quase não existe trabalho doméstico remunerado em sociedades relativamente igualitárias (como a Suécia) e é recorrente em países mais desiguais, como, por exemplo, muitos dos localizados na América Latina e na África.

Tais autoras percebem no estudo que, ao mesmo tempo em que no final do século XX houve um aumento das proporções de trabalho doméstico remunerado em algumas regiões dos Estados Unidos, houve também um crescimento das desigualdades de renda. Nesse sentido, quiseram buscar na macrosociologia a comprovação de um retrato já indicado pelos estudos da microsociologia do serviço doméstico norte-americano: a crescente desigualdade de renda permite que um grupo de mulheres tenha condições de

comprar no mercado boa parte do trabalho de reprodução social, enquanto que outro grupo de mulheres aceite realizá-lo. Ou seja, quanto maior a disparidade de recursos entre famílias ricas e pobres, mais facilmente se encontrariam pessoas dispostas a pagar pelos serviços de outras com menor poder aquisitivo. Quando a defasagem de renda entre ricos e pobres é grande, o custo da ajuda doméstica para os ricos seria proporcionalmente pequeno. Portanto, nos lugares em que a desigualdade de renda aparece elevada, o serviço doméstico seria relativamente amplo, enquanto que onde ela se apresenta mínima essa ocupação se revelaria pequena ou inexistente.

Se o grau de desigualdade econômica ajudaria a explicar as variações nas dimensões dessa ocupação entre os países desenvolvidos, bem como seu crescimento em certos lugares, um teste empírico comprovaria essa hipótese. Para demonstrá-lo, as autoras analisaram, com base nos dados do Censo de 1990, as cem maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos³. Foi tomado como variável dependente o volume de serviço doméstico, operacionalizado como a percentagem da mão de obra feminina ocupada em serviços domésticos particulares. Mantendo-se constantes alguns fatores que a literatura sobre o caso americano julga influenciar o tamanho da ocupação (cor/raça, condição de imigrante e taxas de participação na força de trabalho de mães com filhos pequenos⁴), os resultados gerados confirmam que a desigualdade de renda familiar relaciona-se positivamente com o serviço doméstico, e, em cada um dos modelos, o resultado é estatisticamente significativo. Essa mesma correlação, acreditam as pesquisadoras, também poderia ser constatada em outras partes do mundo.

2.4. A imigração

Se a desigualdade de renda mostra-se um fator importante, a imigração aparece como uma quarta hipótese explicativa, relacionada àquela. Nos lugares com concentração expressiva de imigrantes, sobretudo ilegais, vindos de regiões ou países mais pobres, uma quantidade maior de pessoas estaria situada no polo inferior da escala de renda, criando uma oferta de serviços pessoais domésticos ao alcance de um número superior de famílias, que, até então, poderiam não ter recursos financeiros suficientes para demandá-

³ Census of Population and Housing, Estados Unidos, 1990.

⁴ As autoras supõem que, nas áreas metropolitanas onde as taxas de participação das mães de família na força de trabalho fossem grandes, a procura por empregadas domésticas seria maior do que nas outras.

los. Portanto, a situação de particular vulnerabilidade dos imigrantes ilegais modifica as condições de contratação e redimensiona o mercado de compra e venda desse tipo de serviço, tornando-se um catalisador capaz de acelerar o processo de crescimento de tal ocupação. Por isso, a pesquisa da OIT relacionou o crescimento do número de trabalhadores domésticos em alguns países da Europa, como a Espanha, ao aumento da imigração para esse continente.

Para além da imigração, essa mesma relação de variáveis é plausível em algumas situações de deslocamento dentro de um mesmo país. O serviço doméstico no Brasil, por exemplo, foi profundamente marcado no século XX pelos fluxos migratórios do Nordeste para o Sudeste e das pequenas para as grandes cidades. Essa transferência de jovens mulheres de suas famílias de origem rural para trabalharem em casas de famílias de classe média e alta urbanas possibilitou a ampliação dessa ocupação e a marcou com características específicas, entre as quais a articulação casa e trabalho, a pessoalização da relação entre patrão e empregado e a disponibilidade permanente, na forma de uma jornada diária extensa (BARBOSA, 2000).

2.5. A forma como ficou resolvida socialmente a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva

Buscando acrescentar uma quinta explicação a esse debate, Fraga (2016), partindo das teorias sobre o *care work*, sai da esfera econômica e, utilizando o conceito de enraizamento social de Polanyi (1980) e Granovetter (2001), propõe um fator da esfera social: o de que há uma forte relação entre o volume e a configuração do serviço doméstico e a forma como ficou resolvida socialmente, em cada nação, a articulação entre a esfera produtiva e a reprodutiva. Sendo assim, ganham importância as diferenças culturais, institucionais e históricas de cada lugar. Segundo ele, no plano societal, três caminhos principais foram seguidos pelos países, com mais ou menos força, e por mais ou menos tempo, na articulação necessária entre trabalho produtivo e reprodutivo: pela via do Estado (regime social-democrata), do mercado (regime liberal) e/ou da família (regime familista).

Além disso, um quarto ator vem também contribuindo para essa articulação: as instituições filantrópicas, as ONGs e a comunidade em geral. Nesse caminho, de maneira coletiva, a própria população organiza-se em prol do trabalho reprodutivo, na forma, por

exemplo, de creches comunitárias. Essa tipologia foi elaborada teoricamente, entre outros autores, por Glucksmann (2012) e utilizada analiticamente para comparar as estratégias adotadas por diferentes países. Em alguns lugares, o Estado deu suporte à articulação entre produção e reprodução, elevando os serviços públicos como substitutos parciais dos cuidados familiares, como em parte da Europa. Nos países nórdicos, por exemplo, o Estado efetivamente cumpriu o papel de provedor de serviços sociais públicos, como o cuidado de crianças e idosos, dividindo, assim, com as famílias a responsabilidade pela reprodução e facilitando a articulação, o que tende a assegurar altas taxas de emprego feminino.

Em outros países, o mercado assumiu a provisão parcial de cuidados, ofertando uma estrutura de serviços, o que possibilitou a articulação entre produção e reprodução. Nos Estados Unidos, por exemplo, o mercado disponibilizou de maneira bem ampliada uma série de serviços em alimentação, limpeza, lavanderia e cuidado em geral. Quando nem o Estado nem o mercado apontaram saídas, coube à família resolver a articulação por meio dos modelos de divisão sexual do trabalho (tradicional, conciliação e parceria), assumindo o papel principal de cuidadora. O Japão é um bom exemplo desse modelo. De acordo com a pesquisa de Hirata e Kergoat (2008), nesse país, segundo as normas e práticas sociais dominantes, compete às mães de família cuidar dos filhos e da casa, sendo preciso escolher entre a maternidade e a carreira, devido à impossibilidade de conciliação, além de ainda ser forte a ideia de que as famílias são responsáveis pelo cuidado de seus parentes idosos. Há uma ausência de políticas públicas que permitam às mulheres optarem por trabalhar em tempo integral e, ao mesmo tempo, essas normas sociais limitam fortemente o recurso aos serviços domésticos remunerados.

Partindo dessa tipologia, Fraga (2016) desenvolve e persegue, ao longo de seu trabalho, portanto, a tese de que, dependendo dos caminhos seguidos pelo Estado, pelo mercado e/ou pela família, é possível esperar composições e volumes diferenciados de serviço doméstico. Com essa ideia, completa-se o conjunto das cinco explicações disponíveis nos estudos da Sociologia e da Economia para a variação na proporção de serviço doméstico entre os países.

3. Uma análise comparativa internacional

Nesta seção, será testada a hipótese sobre a relação entre o grau de desigualdade dos países e a proporção de mulheres ocupadas como empregada doméstica a partir da estimação de um modelo econométrico.

Os dados sobre a participação das mulheres ocupadas no segmento de serviços domésticos são provenientes do relatório “Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection”, baseado em pesquisa realizada pela OIT, divulgada em 2013.

No caso da aferição da desigualdade, optou-se por utilizar o índice de Gini como indicador da desigualdade de renda nos países analisados. O índice de Gini é um indicador amplamente utilizado para a medição da concentração de renda em determinada população. Ele varia de 0 a 1, de forma que, quanto mais próximo de 0, menor é o grau de concentração da renda e, portanto, mais igualitária é a sociedade em questão. Por outro lado, quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda e, logicamente, mais desigual é a sociedade analisada. A fonte deste indicador é o banco de dados online sobre desenvolvimento socioeconômico mantido e divulgado pelo Banco Mundial⁵.

3.1. Descrição da base de dados

Os dados divulgados pela OIT revelam informações sobre a proporção de pessoas empregadas em serviços domésticos para 117 países. Para os fins deste trabalho, entretanto, não se fez possível a utilização desses dados em sua totalidade. Apenas se incluiu no modelo aqui desenvolvido países cuja informação sobre seus respectivos índices de Gini estivesse disponível na base de dados do Banco Mundial. Além disso, também foram retirados da proposta países cujo dado mais recente do Gini precedesse o ano de 2004. Tal decisão pretende agregar certo rigor intertemporal à análise, de modo que os dados sobre emprego doméstico, compatibilizados pela OIT para o ano de 2010, não estejam tão distantes no tempo dos dados sobre desigualdade. Como o objetivo deste trabalho está centrado na análise da proporção de mulheres empregadas em serviços

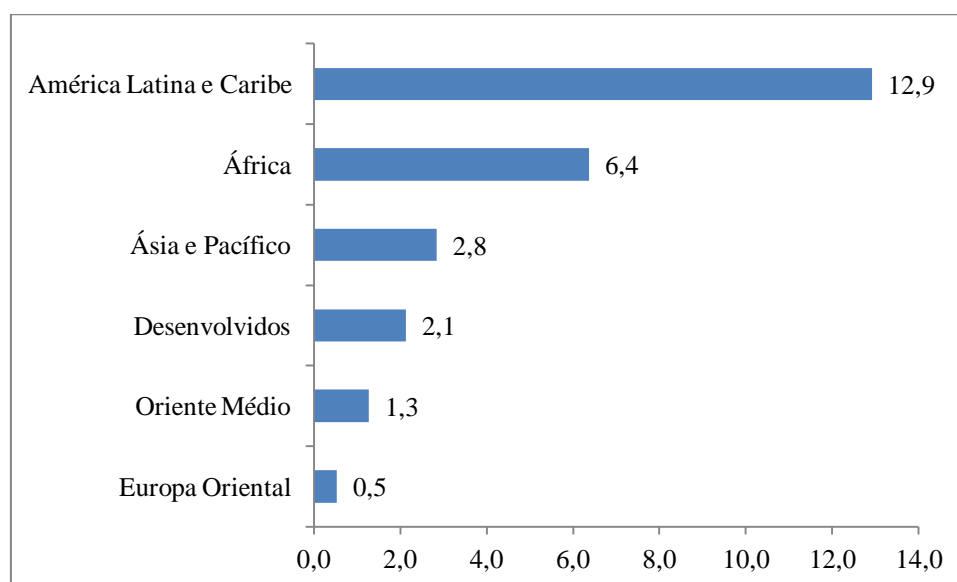
⁵ O banco de dados pode ser acessado em <http://datos.bancomundial.org/>.

domésticos, optou-se por descartar da análise países que não possuíssem informações desagregadas por sexo.

Ao final da aplicação de todos os critérios acima listados, chegou-se a um universo de 95 países⁶. Seguindo a classificação adotada pela própria OIT, os países utilizados no trabalho podem ser divididos em seis grandes grupos, listados a seguir, em ordem decrescente, segundo o número total de países presentes em cada grupo: África (20 países); Desenvolvidos (20 países); Europa Oriental (20 países); América Latina e Caribe (16 países); Ásia e Pacífico (15 países); e Oriente Médio (4 países)⁷.

Do total dos 95 países estudados, a região da América Latina e Caribe é aquela que concentra a proporção mais elevada de empregadas domésticas em relação ao total de mulheres ocupadas (12,9%). A segunda região de maior percentual nesse quesito é a África, mas, ainda assim, com cerca de metade (6,4%) da proporção verificada no primeiro grupo. Já a Europa Oriental é o grupo de países com a menor proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos (0,5%).

Gráfico 1: Proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico segundo grupo de países, 2010 (em % do total de mulheres ocupadas)



Elaboração própria.

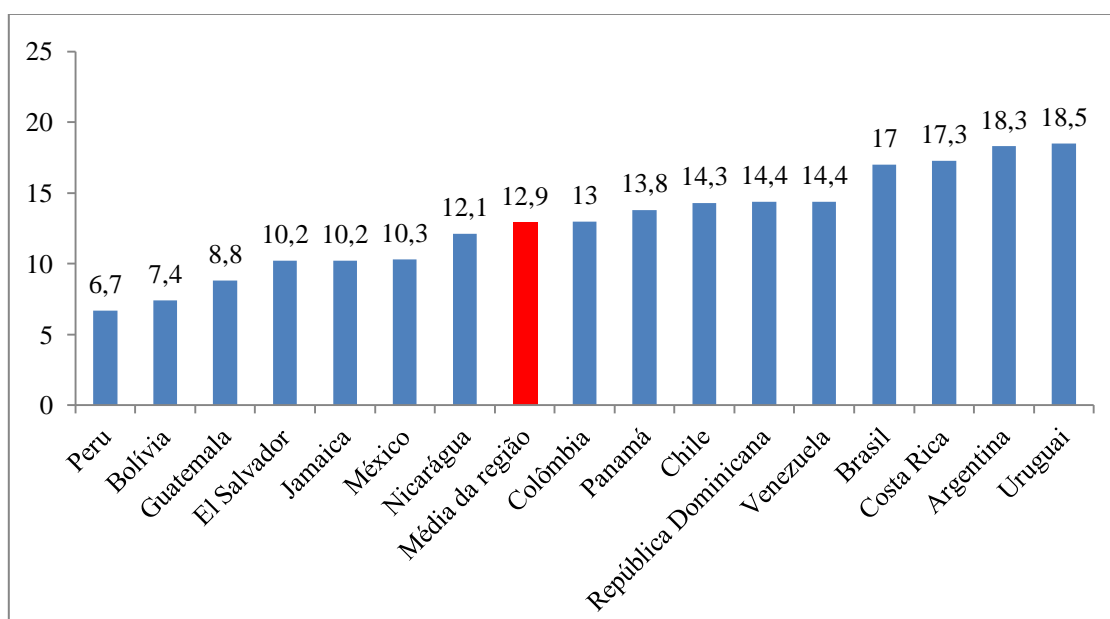
⁶ A proporção de mulheres ocupadas como empregadas domésticas e o índice de Gini de cada um dos países que fazem parte do modelo se encontram em tabela no apêndice deste trabalho.

⁷ Por questão de indisponibilidade de informações sobre o índice de Gini, o universo de países pertencentes ao Oriente Médio neste trabalho apresentou-se consideravelmente reduzido em relação àquele que aparece no estudo da OIT. Infelizmente, os países do Oriente Médio com maior proporção de empregadas domésticas foram justamente aqueles que ficaram de fora do presente artigo, fato que pode ter causado algum tipo de alteração no modelo estudado.

Fonte: OIT, 2013

Em uma análise mais detida sobre a América Latina e Caribe, nota-se que mais da metade dos países da região encontram-se acima da média de 12,9%. Cabe destacar em especial países como Brasil, Costa Rica, Argentina e Uruguai, cuja proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico ultrapassa os 17%.

Gráfico 2: Proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico, América Latina e Caribe, 2010 (em % do total de mulheres ocupadas)



Elaboração própria.
Fonte: OIT, 2013

3.2. Resultados do modelo

A equação da regressão foi estimada através do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)⁸ e é dada por:

$$Mul_d = \alpha + \beta_1 gini + u,$$

⁸ Regressão é a técnica estatística que possibilita o estudo da relação entre uma variável dependente e variáveis independentes (ou explicativas). A análise da regressão consiste em um método útil de análise de dependência entre variáveis, mas não espelha necessariamente uma relação de causalidade entre elas. O método de MQO é a técnica de estimação mais amplamente difundida para a análise de regressão. Tal técnica atua através da minimização da soma dos quadrados dos resíduos da regressão (diferença entre valores estimados e observados).

em que Mul_d é a proporção de mulheres empregadas no serviço doméstico para cada um dos países estudados, $gini$ é a variável explicativa que contém o índice de Gini de cada um dos respectivos países e u é o termo de erro.

A expectativa é que o coeficiente estimado β_1 seja positivo para a variável da desigualdade – o índice de Gini. Tal resultado indicaria que, quanto mais alto o grau de desigualdade existente em um país, mais provável seria que a proporção de mulheres empregadas no serviço doméstico também fosse elevada. A tabela 1 abaixo apresenta os resultados do modelo estimado.

Tabela 1 – Síntese de resultados da regressão 1

Variáveis explicativas	Coefficientes
Índice de Gini	0,4802352*** (0,0596847)
Constante	13,42671*** (2,297495)
Observações	95
R ²	0,4104
R ² -ajustado	0,4041
F (1,93)	64,70***
Erros padrões entre parênteses	
*** p<0,01	

Elaboração própria.

Fonte: OIT (2013) e Banco Mundial (2016)

Os dados acima confirmam a expectativa de que a correlação entre o grau de desigualdade dos países e a proporção de emprego doméstico que neles se verifica é positiva. Ou seja, 1 ponto percentual a mais no índice de Gini aumenta em aproximadamente 0,48 ponto percentual a proporção de mulheres empregadas nos serviços domésticos. Tanto o coeficiente da constante quanto do índice de Gini se apresentam significativos ao nível de 1%, e o coeficiente de determinação (R^2) é de aproximadamente 41%, indicando que cerca de 41% da variação percebida na variável dependente (percentual de mulheres empregadas no trabalho doméstico) pode ser explicada pela variável independente (índice de Gini).

Em uma tentativa de trazer um maior número de fatores explicativos relevantes para a proposta da comparação internacional, testou-se um segundo modelo, no qual

agora foram incluídas variáveis dummy⁹ (binárias) para cada grupo de países. O grupo de referência para a regressão foi o dos países desenvolvidos. Assim, a equação para o novo modelo pode ser lida como:

$$Mul_d = \alpha + \beta_1 gini + EurOrient + AsiaPac + ALcaribe + Africa + OMedio + u.$$

Na análise da segunda regressão proposta, nota-se que o coeficiente referente ao índice de Gini continua positivo e significativo ao nível de confiança de 1%. De acordo com a estatística de significância geral F, pode-se ainda dizer que a regressão é significativa como um todo para o mesmo nível de confiança. Já o coeficiente de determinação ajustado (R^2 - ajustado) indica que cerca de 47% da variação da proporção de mulheres empregadas nos serviços domésticos se deve às variáveis explicativas em questão.

Tabela 2 – Síntese de resultados da regressão 2

Variáveis explicativas	Coefficientes
Índice de Gini	0,291*** (0,075)
Europa Oriental	-1,144 (1,507)
Ásia e Pacífico	-0,526 (1,654)
América Latina e Caribe	6,428*** (1,955)
África	1,745 (1,636)
Oriente Médio	-1,027 (2,602)
Constante	-7,444 (2,710)
Observações	95
R^2	0,5073

⁹ Variáveis dummy são variáveis que podem assumir apenas dois valores: 0 ou 1. São também chamadas de variáveis binárias e geralmente utilizadas para transmitir informações qualitativas. No modelo em questão, a variável dummy assume o valor 1 toda vez que o país pertencer a determinado grupo, e zero quando não o fizer. Por exemplo, no caso da dummy “Africa”, toda vez que um país pertencer à África, ele será computado como 1 para esta variável. Já a informação sobre os países que não fazem parte do continente africano será processada como zero. A mesma lógica se aplica para as demais dummy do modelo (“EurOrient”, “AsiaPac”, “ALcaribe” e “OMedio”).

R ² -ajustado	0,4737
F (1,93)	15,10***
<hr/>	
Erros padrões entre parênteses	
*** p<0,01	
<hr/>	

Elaboração própria.
 Fonte: OIT (2013) e Banco Mundial (2016)

No que se refere às variáveis dummy para os grupos de países, apenas o coeficiente da América Latina e Caribe se mostrou significativo, de forma que os demais não possuíam significância nem mesmo ao nível de 10%. De acordo com os resultados, estar em um país da América Latina e Caribe, em comparação a fazer parte de um país desenvolvido, aumenta em aproximadamente 6,42 pontos percentuais a presença relativa de mulheres na ocupação de empregada doméstica. Além da América Latina, apenas o coeficiente da África também se mostrou positivo nessa regressão, apesar de não ser significativo.

4. Conclusão

Os resultados da análise comparativa internacional aqui apresentados confirmaram a hipótese de que o grau de desigualdade experimentado pelos países possui relação positiva com o percentual de trabalhadoras empregadas no serviço doméstico, uma vez que os coeficientes das regressões para essa variável se mostraram positivos e significativos. Além disso, ao somarem-se à análise variáveis referentes às regiões às quais os países pertencem, percebeu-se ainda uma expressiva resposta na relação da proporção do emprego doméstico com os países da América Latina e Caribe. Tal achado robustece ainda mais a suspeita da relação entre desigualdade e emprego doméstico, uma vez que essa região específica caracteriza-se como, reconhecidamente, uma das mais desiguais do mundo.

No entanto, essas constatações resultantes das duas regressões realizadas nesta pesquisa não significam que as outras quatro hipóteses explicativas – a modernização, o crescimento econômico, a imigração e a forma como ficou resolvida socialmente, em cada nação, a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva – não possam ter também seu grau de importância. Pelo contrário, o mais provável é que todas elas contribuam em algum nível para a compreensão desse fenômeno que, dada a sua

complexidade, acaba se revelando multicausal. O que fica comprovado, a partir deste artigo, é que a desigualdade de renda ocupa de fato um lugar central nesse conjunto amplo de fatores, tendo, portanto, uma nítida influência sobre a proporção de serviço doméstico. Sendo assim, em termos de distribuição de renda, um panorama mais igualitário ou mais desigual é indicativo de como o trabalho doméstico está organizado e do volume de mulheres que são remuneradas para realizá-lo cotidianamente.

Referências bibliográficas:

AUBERT, Vilhelm. The housemaid: an occupational role in crisis. *Acta Sociologica*, 1 (3), 1955-56. Pp. 149-58.

BARBOSA, Fernando Cordeiro. *Trabalho e residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes "nordestinos"*. Niterói: EdUFF, 2000.

BOSERUP, Ester. *Woman's Role in Economic Development*. New York: St. Martin's Press, 1970.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRITES, Jurema; PICANÇO, Felícia. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 19, nº. 31, 2014. Pp. 131-158.

CHAPLIN, David. "Domestic Service and Industrialization". In: *Comparative Studies in Sociology*, 1978. Pp. 97-127.

COLLVER, A.; LANGLOI, E. The female labour force in metropolitan areas: an international comparison. *Economic Development and Cultural Changes*, v. 10, n. 4, 1962. Pp. 367-385.

COSER, Lewis. Servants: The Obsolescence of an Occupational Role. *Social Forces*, v. 52, 1973. Pp. 31-40.

DATOS. Banco de dados do Banco Mundial. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/>. Acesso em junho de 2016.

FRAGA, Alexandre Barbosa. *O serviço doméstico sob os holofotes públicos: alterações na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil (Estado, mercado e família)*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

GLUCKSMANN, Miriam. “Rumo a uma sociologia econômica do trabalho do *care*: comparando configurações em quatro países europeus”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012. Pp. 63-78.

GRANOVETTER, Mark. “Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness”. *American Journal of Sociology*, 91(3), 1985. Pp. 481-510.

HILL, Bridget. O trabalho doméstico é trabalho de mulher: tecnologia e mudança no papel da dona de casa. *Varia História*. Belo Horizonte, nº. 14, set, 1995. Pp. 34-48.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão”. In: COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Pp. 263-278.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. *Doméstica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. Berkeley: University of California Press, 2001.

ILO. *Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection*. Geneva: ILO/International Labour Office, 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/travail/Whatsnew/WCMS_173363/lang--en/index.htm>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

IPEA. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. *Comunicados do IPEA*, nº. 90, maio de 2011.

LERNER, Daniel. *The passing of traditional society*. The Free Press of Glencoe, 1958.

MCBRIDE, Theresa. *The Domestic Revolution: the Modernisation of Household Service in England and France (1820-1920)*. New York: Holmes & Meier Publishers, 1976.

MCCLELLAND, David. *The achieving society*. New Jersey: The Van Nostrand. Co., 1961.

MILKMAN, Ruth; REESE, Ellen; ROTH, Benita. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, nº. 7, 1998. Pp. 143-167.

MOORE, Wilbert; HOSELITZ, Bert. *Industrialization and society*. UNESCO, 1963.

OIT. *Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos*. Série Trabalho doméstico remunerado no Brasil, nota nº. 5. Brasília, DF: Escritório no Brasil, 2011.

PARSONS, Talcott. *The social system*. New York: The Free Press, 1951.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

APÊNDICE

Tabela 3 – Países pesquisados segundo grupos, proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos e índice de Gini (Continua)

Grupo	País	Proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos (em %)	Índice de Gini (em %)
Desenvolvidos	Austrália	0,1	34,9
	Áustria	0,5	30,5
	Bélgica	1,9	27,6
	Canadá	0,9	33,7
	Dinamarca	0,3	29,1
	Finlândia	0,3	27,1
	França	4,1	33,1
	Alemanha	1,1	30,1
	Grécia	4,8	36,7
	Irlanda	1,0	32,5
	Israel	3,5	42,8
	Itália	4,0	35,2
	Japão	0,1	32,1
	Países Baixos	0,1	28,0
	Noruega	0,1	25,9
	Portugal	7,2	36,0
	Espanha	8,4	35,9
	Suíça	2,8	31,6
	Reino Unido	0,6	32,6
	Estados Unidos	0,9	41,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT (2013) e do Banco Mundial (2016).

Tabela 3 – Países pesquisados segundo grupos, proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos e índice de Gini (Continuação)

Grupo	País	Proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos (em %)	Índice de Gini (em %)
Europa Oriental	Armênia	0,6	31,5
	Azerbaijão	2,0	16,6
	Croácia	0,6	32,0
	República Checa	0,1	26,1
	Georgia	1,2	40,0
	Hungria	0,1	30,6
	Cazaquistão	0,4	26,4
	Quirguistão	0,7	27,4
	Lituânia	0,1	35,2
	Macedônia	0,3	44,1
	Moldávia	0,6	28,5
	Montenegro	0,1	33,2
	Polônia	0,1	32,4
	Romênia	0,5	27,3
	Federação Russa	0,1	41,6
	Sérvia	0,5	29,7
	Eslováquia	0,4	26,1
	Eslovênia	0,1	25,6
Tajiquistão	0,1	30,8	
Turquia	2,1	40,2	
Ásia e Pacífico	Bangladesh	2,3	32,0
	Camboja	0,8	30,8
	Índia	2,2	33,9
	Indonésia	4,4	35,6
	Irã	0,4	37,4
	Malásia	5,9	46,3
	Mongólia	1,1	33,8
	Nepal	0,3	32,8
	Paquistão	1,2	29,6
	Filipinas	11,5	43,0
	Ilhas Salomão	5,6	46,1
	Sri Lanka	2,5	38,6
	Tailândia	1,2	39,3
	Tonga	2,4	38,1
Vietnã	0,9	38,7	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT (2013) e do Banco Mundial (2016).

Tabela 3 – Países pesquisados segundo grupos, proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos e índice de Gini (Conclusão)

América Latina e Caribe	Argentina	18,3	42,3
	Bolívia	7,4	48,1
	Brasil	17,0	52,9
	Chile	14,3	50,5
	Colômbia	13,0	53,5
	Costa Rica	17,3	49,2
	República Dominicana	14,4	47,1
	El Salvador	10,2	43,5
	Guatemala	8,8	52,4
	Jamaica	10,2	45,5
	México	10,3	48,1
	Nicarágua	12,1	45,7
	Panamá	13,8	51,7
	Peru	6,7	44,7
	Uruguai	18,5	41,9
Venezuela	14,4	46,9	
África	Argélia	1,2	29,0
	Botswana	7,0	60,5
	Burkina Faso	0,6	39,8
	Djibouti	41,6	45,1
	Egito	0,3	30,8
	Etiópia	1,5	33,2
	Gana	0,3	42,8
	Guiné	0,4	33,7
	Lesoto	8,1	54,2
	Libéria	0,6	36,5
	Mali	8,7	33,0
	Mauritius	8,1	35,8
	Namíbia	19,4	61,0
	Nigéria	0,6	43,0
	São Tomé e Príncipe	3,3	30,8
	Senegal	6,7	40,3
	Serra Leoa	0,5	34,0
África do Sul	15,5	63,4	
Tanzânia	1,2	37,8	
Uganda	1,8	42,4	
Oriente Médio	Iraque	0,2	29,5
	Jordânia	2,2	33,7
	Cisjordânia e Gaza	0,2	34,5
	Iémen	2,5	35,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT (2013) e do Banco Mundial (2016).